

ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: PROCESSO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA A PROFISSÃO

Aluno: Guilherme Soares Pereira

RESUMO

O artigo, de característica teórica, tem o objetivo de discorrer sobre a inserção e evolução da disciplina de Relações Internacionais nas instituições de ensino superior no Brasil. O referido estudo apresenta uma breve abordagem sobre o ensino das Relações Internacionais, conceituando a disciplina e a sua aplicação nas organizações, além de apresentar a pauta atual para os assuntos ligados às relações internacionais, e as perspectivas quanto à profissão. No Brasil, o estudo de Relações Internacionais é relativamente novo, mas com crescimento acentuado nos últimos anos de instituições que oferecem o curso, mostrando o quanto a área tem sido procurada para a formação de profissionais. Dentre as possibilidades de atuação, o bacharel em Relações Internacionais pode atuar em empresas diversas, nacionais e internacionais, bancos e organizações ou organismos de cooperação transnacionais. A pesquisa bibliográfica, realizada através de artigos e livros publicados sobre o assunto, visa ampliar os conhecimentos sobre a disciplina, a profissão e o mercado de trabalho. Quanto a justificativa para o estudo, entende-se que o atual momento é apropriado para tal, haja vista a crescente internacionalização das economias mundiais, pela Globalização, onde ocorrem relacionamentos entre os diversos atores a nível mundial, necessitando de profissionais capacitados para atuarem nesta intensa teia mundial.

Palavras-Chave: Relações Internacionais. Ensino Superior. Organismos Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudo e trabalho das Relações Internacionais é intenso política, social e economicamente, sendo que é extremamente importante no âmbito mundial pois o profissional estuda e conduz a interação de interesses de diversos atores, desde

países até organismos e instituições nacionais e internacionais, nas suas relações uns com os outros.

Questões do cenário e política mundiais fazem parte da pauta do profissional de Relações Internacionais, passando por temas como Defesa Nacional dos Estados, atuação das instituições transnacionais, políticas e dinâmicas nacionais, crimes praticados no âmbito internacional, paradiplomacia, questões sociais e econômicas referente à migração, política externa envolvendo diferentes Estados, além de assuntos que envolvam cooperação, diplomacia e competição a nível internacional.

O profissional de Relações Internacionais, para realizar adequadamente seu trabalho, com conhecimento, necessita pelo menos ter curso superior na área, podendo inclusive realizar estágios durante o curso como forma de incrementar seus conhecimentos na área, podendo após a conclusão do curso superior ingressar em cursos de Mestrado e Doutorado já oferecidos no país. Sabendo que o estudo das Relações Internacionais no Brasil é relativamente novo, e diante da necessidade de formar bons profissionais na área, levantou-se o seguinte questionamento: como a disciplina de Relações Internacionais foi inserida nas instituições de ensino superior no Brasil? O objetivo principal é caracterizar a expansão do curso nas universidades brasileiras, enquanto que os objetivos específicos são: a) Conceituar a disciplina de Relações Internacionais e o seu campo de atuação; b) Levantar o histórico do estudo da disciplina no Brasil; c) Informar a pauta atual em Relações Internacionais; e d) Apresentar as perspectivas para o mercado de trabalho do Bacharel em Relações Internacionais.

Através de uma pesquisa Exploratória e Descritiva, com levantamento bibliográfico de obras já publicadas sobre o assunto, composto de livros, artigos, sites *on-line* direcionados ao assunto, este trabalho está assim delimitado: no item 2.1 abordar-se-á a conceituação e campo de estudo das Relações Internacionais, a seguir no item 2.2 será abordado o ensino da disciplina de Relações Internacionais no Brasil, trazendo um histórico da sua expansão desde sua introdução no país até os dias

atuais. Os itens 2.3 e 2.4 abordam sobre a pauta atual tratada no âmbito das relações internacionais e as perspectivas para o mercado de trabalho na área, respectivamente.

A justificativa para este trabalho é uma oportunidade de incrementar os conhecimentos na área, diante de um tema importante como o das Relações Internacionais, sendo que num mundo Globalizado cada vez mais os atores nacionais e internacionais envolvem-se em relações, ora de cooperação, ora conturbadas, e que exigem profissionais experientes e com conhecimento para serem coadjuvantes nesta teia de relações.

O objetivo deste trabalho é o de ser útil enquanto teoria para futuros estudos na área de Relações Internacionais, principalmente no que tange ao ensino da disciplina nas instituições de ensino brasileiras, bases deste projeto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITO E CAMPO DE ESTUDO

Para falar de relações internacionais, é necessário entender a evolução da teoria que sustenta esse tema. A Ciência Política, que estuda as relações internacionais, é pautada nos trabalhos literários de pensadores como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Montesquieu, John Locke e Jean-Jaques Rousseau (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 04). Esses autores contribuíram significativamente com suas ideias sobre os Estados e sobre os relacionamentos econômico e político entre eles.

Segundo os autores Jubran, Leães e Valdez (2015, p. 03), Maquiavel (1469-1527), em seu livro *O Príncipe*, defendeu a ideia de que ao Estado não importava praticar atos morais, e sim, era seu papel defender os interesses dos seus cidadãos, praticando a política para este fim. Thomas Hobbes (1588-1679) por sua vez, afirmava que a natureza do homem era má, e que por conta disto este não media esforços para

atingir seus objetivos, sendo inevitável a morte nesta luta de homem contra homem, sobrando para o Estado propiciar segurança, paz e prosperidade.

No encaço dos pensamentos de Hobbes, John Locke (1632-1704) ponderava sobre o poder do Estado absolutista, e afirmava que os cidadãos poderiam injuriar-se contra o Estado como contraponto do poder absoluto deste. A partir das suas ideias houve o entendimento de que era necessário separar a coisa pública da privada. A separação dos poderes como conhecemos hoje, Executivo, Legislativo e Judiciário surgiu com o Barão de Montesquieu, a partir das ideias de John Locke. Também com Montesquieu, o contrato social foi estruturado democraticamente, e os pilares do Estado liberal fez oposição ao poder absolutista dos reis.

Ainda segundo Jubran Leães e Valdez (2015, p. 05), as ideias de Jean-Jaques Rousseau (1712-1778), eram opostas as de Hobbes, considerando o homem essencialmente bom, ocorrendo a transformação para mau quando do surgimento da propriedade privada, levando-o à escravidão. As ideias de Rousseau são consideradas na formação dos pensamentos sobre o comunismo.

As monarquias europeias se consolidaram através do ajuntamento das pessoas em torno do absolutismo das monarquias, sendo que foi a dinâmica de poder entre os Estados absolutistas que consolidou o sistema estatal moderno como conhecemos hoje, (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 05),

O estudo das Relações Internacionais (RI) é, segundo as palavras de Castro (2012, p. 52), “antiquíssimo”, remontando os diversos momentos das relações humanas, sendo o homem o meio e o fim das relações internacionais. E quanto a sua importância, esta se confirma, haja vista estarem as relações internacionais em toda parte, fazendo parte do cotidiano, conforme o autor,

[...] sua força questiona e transforma o Estado, seu papel e suas atribuições, (re)equacionando a lógica de poder entre cidadãos, empresas, unidades subnacionais, sociedade civil e organismos multilaterais. Além disso, a interdependência complexa (modelo de Nye-Keohane), o integracionismo comunitário europeu (UE-27) ou o processo de integração sub-regional no nível de união aduaneira incompleta, no caso do Mercosul, ou mesmo em razão das crescentes problemáticas das guerras com diferentes formatos, incluindo as assimétricas, a

questão do terrorismo e da segurança internacionais tendo como pano de fundo o papel da ONU com seus atuais 193 Estados-membros são demonstrativos para a investigação sobre os fenômenos internacionais (CASTRO, 2012, p. 53).

Quanto ao estudo das RI, este visa compreender os eventos referentes às relações entre os Estados, dentro de um contexto temporal, segundo Jubran, Leães e Valdez (2015), sendo que para entender a relação, é necessário a construção do contexto que envolve os eventos. Sarfati (2005) menciona um aspecto relevante no estudo das RI que é o nível da análise. Assim, segundo o autor, para a compreensão de um determinado evento, a análise deve ser feita a partir de determinados níveis: a) individual, que parte do comportamental da natureza humana; b) societal, que considera os interesses da sociedade ou da burocracia estatal; c) estatal, que estuda os interesses e sistema de governo dos Estados; d) supraestatal, representado por organizações e organismos internacionais; e e) sistema internacional, que privilegia os padrões sistêmicos das relações entre todos os atores das RI, (*apud* JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p. 08).

Segundo Castro (2012), crise é um termo presente no vocabulário das relações internacionais, resumindo-se em “crise do Estado, crises de identidade nacional [...] e as crises do capitalismo global”, sendo todo o dinamismo das ordens mundiais representado pelas dinamicidades dos homens. O estudo do fenômeno das Relações Internacionais revela características individuais e coletivas na convivência em diferentes teias sociais, segundo Castro, sendo necessário superar o possível enfraquecimento do debate sobre os fenômenos que se apresentam e se manifestam nos sujeitos, e que causam distinções sobre o que é certo ou errado, ou o que é melhor ou pior num determinado acontecimento, mas aprofundando as análises sobre os fenômenos internacionais.

2.2 O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: PROCESSO HISTÓRICO

O estudo das Relações Internacionais tem acontecido desde o século passado diante dos embates e debates a cerca das políticas internacionais entre os Estados, atrelados aos movimentos históricos da política internacional (SIMÃO; KURTZ, 2015). Diante do realismo político, herança de Maquiavel e Hobbes, o internacionalismo liberal foi sendo substituído, e com o advento das guerras mundiais, onde o poderio das nações foi medido, a partir da década de 50, os estudos acadêmicos na área tiveram seu início, abordando em muito a partir dos estudos de Economia e Ciência Política.

Assim, segundo Simão e Kurtz (2015), os debates em torno das metodologias referente ao estudo das RI fazem os humanistas se sobreporem às abordagens behavioristas, e segundo as autoras,

a partir dos anos 1970 o denominado “debate interparadigmático”, no qual a noção de “paradigmas” (de Kuhn) substitui o conceito de “teoria”, fazendo coexistir na disciplina de Relações Internacionais as visões de mundo ligadas ao realismo, liberalismo e globalismo. Desta forma, cada paradigma responderia – dentro de sua própria lógica – a questões comuns como os principais temas, atores e processos definidores das relações internacionais (SIMÃO; KURTZ, 2015, p. 06).

No Brasil, segundo Barasuol e Silva (2016), a disciplina de Relações Internacionais teve um desenvolvimento muito tardio, sendo que até 1970 era dada pouca importância a ela, abordando então assuntos referentes às políticas brasileiras com relação à Bacia do Prata e com a Argentina. A partir de 1970 muito lentamente, a disciplina começou a ganhar força no país, que apesar de poucos acadêmicos dispostos a estudar na área e com as particularidades do Regime Militar, foi criado na Universidade de Brasília (UnB) em 1974, o primeiro programa universitário para o estudo das Relações Internacionais.

O Conselho das Relações Internacionais viria a ser criado em 1978, e em 1979 na Católica do Rio de Janeiro, era criado o Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica (HERZ, 2002; MIYAMOTO, 1999 *apud* BARASUOL; SILVA,

2016). Segundo Barasuol e Silva, alguns estudiosos citam que a disciplina de RI no Brasil foi criada à partir da Ciência Política, outros, que foi formada além dos estudos em Ciência Política, a partir de especialistas de vários outros campos, como História, Economia e Direito Internacional. Porém, o consenso é de que há sim uma formação multidisciplinar para os estudos de Relações Internacionais no Brasil, com especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento humano.

2.2.1 A expansão dos cursos de RI

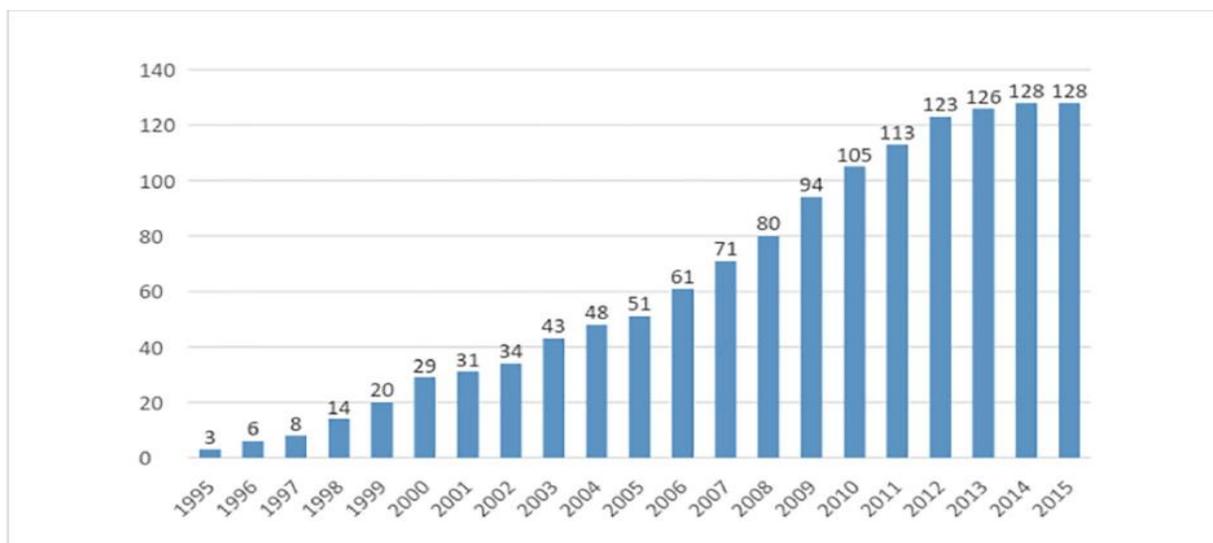
O primeiro curso de Bacharelado em Relações Internacionais no Brasil foi ofertado pela Universidade de Brasília a partir de 1974 (MAIA, 2017, p. 04), e tinha como proposta, segundo Lessa (2005, *apud* MAIA, 2017) a formação de profissionais para atuarem como assessores em estruturas administrativas e como formadores de políticas públicas para atuarem na política externa nos processos de internacionalização brasileira. Em 1980, a faculdade Estácio de Sá do Rio de Janeiro, ofertou o segundo curso de graduação em RI, tendo uma abordagem de formação mais voltada ao comércio exterior.

O crescimento do campo das Relações Internacionais no Brasil decolou efetivamente na década de 1990, quando muitos programas de graduação e pós-graduação foram criados (BARASUOL; SILVA, 2016).

Em 1990 eram 3 universidades que ofereciam o curso superior em Relações Internacionais, em 2005, eram cerca de 50, e sete anos depois, este número mais que dobrou (BARASUOL; SILVA, 2016). Como fatores importantes para este crescimento os autores citam: o aumento da área de trabalho com empresas transnacionais e de consultoria instaladas no país, bem como a relevância do Brasil no contexto internacional.

Desde então, tem acontecido uma expansão da disciplina oferecida nos cursos, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de Graduações em Relações Internacionais no Brasil (1995 – 2015)



Fonte: dados do MEC (apud BARASUOL; SILVA, 2016, p. 04).

Em termos geográficos, o crescimento no campo das Relações Internacionais a nível nacional foi muito desigual, com maior concentração na região Sul e Sudeste, sendo São Paulo o Estado que mais oferece o curso – 42 instituições de graduação – conforme dados do Ministério da Educação (MEC). Em 2016 eram 126 cursos credenciados no MEC, depois de São Paulo, o Rio de Janeiro tinha 21 cursos, o Distrito Federal 20, 14 no Rio Grande do Sul, 8 cursos em Santa Catarina e 7 no Paraná. Nas demais regiões do país, em alguns Estados o número de cursos era menor, sendo que em alguns Estados não havia nenhum curso. “Outro aspecto importante em relação à configuração dos estudos de graduação em RI no Brasil é o predomínio das universidades privadas [...] chegando a 30% em 2009” (BARASUOL; SILVA, 2016, p. 05).

Os cursos *strictu sensu* por sua vez, até o ano de 2000 eram oferecidos um na UnB e outro na Católica do Rio de Janeiro, desde 1984 e 1987, respectivamente. A Tabela 1 demonstra a disposição dos cursos de Mestrado e Doutorado em RI no Brasil:

Tabela 1 – Distribuição dos cursos de Mestrado e Doutorado em Relações Internacionais por Região.

Região	Mestrado N°	Mestrado %	Doutorado N°	Doutorado%
Sudeste	8	57,14%	6	85,71%
São Paulo	3	21,43%	3	42,86%
Rio de Janeiro	3	21,43%	2	28,57%
Minas Gerais	2	14,29%	1	14,29%
Centro Oeste	2	14,29%	1	14,29%
Brasília	1	7,14%	1	14,29%
Goiás	1	7,14%	-	0,00%
Nordeste	3	21,43%	-	0,00%
Paraíba	2	14,29%	-	0,00%
Bahia	1	7,14%	-	0,00%
Sul	1	7,14%	-	0,00%
Santa Catarina	1	7,14%	-	0,00%
Total Geral	14	100,00%	7	100,00%

Fonte: EMEC e Plataforma Sucupira, elaborado por Maia (2017, p. 20).

Assim como nos cursos de graduação, São Paulo é o Estado que mais oferece cursos de Mestrado e Doutorado na área, seguido pelos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Brasília, com um curso de Mestrado e um em Doutorado. Na região Sul, somente o Estado de Santa Catarina oferece um curso de Mestrado em RI.

2.3 A PAUTA ATUAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em Relações Internacionais os temas e assuntos de estudo e trabalho giram em torno das relações comerciais e políticas entre os países. Assim, temas atuais que envolvem as economias e que justificam algum comportamento das sociedades, bem como das práticas de política externa, fazem parte do currículo dos estudantes e do dia-a-dia de trabalho dos profissionais.

Em levantamento sobre os temas tratados nos Simpósios e Congressos dentro da área de RI nos últimos anos, pode-se citar: as questões ligadas a migração, a

cultura, ao cenário político internacional (as economias das ditaduras ao redor do mundo, as economias desenvolvidas ou do primeiro mundo e as suas práticas protecionistas), dentre outros.

Mais recentemente muito tem sido abordado a respeito das questões ligadas ao meio ambiente e a sustentabilidade, condição principal para o desenvolvimento econômico sustentável e isonômico, tendo em vista o fenômeno da Globalização. A globalização das economias mundiais, e os processos de Governança – que segundo Kjaer (2004), são considerados de suma importância para promover o bem-estar dos cidadãos, e seu enfoque se dá no papel que tem as redes, como organismos intergovernamentais, transnacionais e Inter organizacionais na promoção de políticas públicas voltadas aos objetivos comuns para o desenvolvimento sustentável – estão constantemente na pauta dos assuntos internacionais, que necessitam de profissionais para analisar as políticas praticadas bem como toda a questão cultural que envolve as tomadas de decisões unilaterais.

As questões migratórias, onde países desenvolvidos tem suas fronteiras constantemente invadidas por milhares de pessoas oriundas de países pobres, que fogem da fome, da miséria e da falta de oportunidades nos seus países e tentam entrar ilegalmente nos EUA e em países da Europa em busca de melhores condições de sobrevivência, estão na pauta das relações internacionais, por vezes criando muitos atritos entre os Estados envolvidos, e que necessitam de uma atenção especial para não desencadear em um processo piorado.

Esses são alguns dos exemplos concernentes às políticas praticadas pelos Estados e que fazem parte dos assuntos tratados pelas Relações Internacionais,

2.4 AS PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Quando graduado em Relações Internacionais, o profissional está apto a realizar a análise do cenário político e econômico internacional, tendo a possibilidade

de atuar como diplomata, mas a profissão não necessariamente é para trabalhar somente fora do país. Outra possibilidade é trabalhar em Órgãos governamentais, ONGs, e outras empresas. No âmbito nacional, são diversas as opções para um bacharel em RI como: carreira em governos estaduais, na presidência da República, como analista no Congresso Nacional, nas assessorias econômica a órgãos públicos e privados, bem como em universidades públicas e privadas como docentes ou como pesquisador. No exterior as vagas são nas embaixadas e consulados e em organismos multilaterais, dentre eles a ONU, o MERCOSUL e em bancos internacionais (DAMÁZIO, 2017).

É possível iniciar na profissão como estagiário ainda durante o curso, que dura 4 anos. Dentre as áreas que possibilitam a contratação de estagiários na área de RI encontram-se: relacionamento com investidores, operação com câmbio, atividades consulares, de planejamento de marketing e mercado, além de assessoria e relatórios gerenciais em empresas de maneira geral.

Após uma boa experiência, o profissional de RI pode atuar como representante de empresas no mercado nacional e internacional, e pela capacidade de monitorar tanto variáveis internas como externas, o profissional pode atuar como responsável naquelas funções estratégicas das empresas, tanto a nível nacional quanto internacional, podendo inclusive dirigir grandes empresas.

Apesar de não ser uma profissão regulamentada, o campo de atuação do profissional de RI é amplo, podendo atuar tanto na iniciativa privada, como nas instituições públicas no Brasil e no exterior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das Relações Internacionais se apresenta como um instrumento teórico e analítico que visa a compreensão dos fenômenos políticos, econômicos e

sociais no âmbito mundial, sendo que os primeiros estudos sobre as relações internacionais datam do último século, e no Brasil mais recentemente, na década de 70.

Desde seu início, as teorias das Relações Internacionais passaram a tratar das relações internacionais frutos do resultado da interação entre os diversos atores a nível mundial, normalmente tendo como pano de fundo as variáveis econômicas e políticas, e os debates em torno destas.

Neste contexto, a disciplina de Relações Internacionais tem papel fundamental, pois seu estudo vai fornecer as ferramentas para a análise e compreensão desta interação entre empresas e governos, entre governos com governos, e entre estes e os demais atores do cenário mundial, adequando a comunicação às práticas políticas e econômicas no cenário global.

Neste trabalho foi abordado o conceito de Relações Internacionais, fornecendo uma base para entender sua inserção nas instituições de ensino no Brasil, trazendo um comparativo sobre a evolução deste estudo no país, além de informar os assuntos que normalmente constam na pauta internacional sobre o tema, bem como as perspectivas para o mercado de trabalho do bacharel em Relações Internacionais.

Com o objetivo principal de caracterizar a expansão dos cursos em Relações Internacionais no Brasil, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico, com pesquisa exploratória composta de livros e artigos já publicados sobre o tema, visando o melhor entendimento sobre a disciplina e seu alcance.

E o objetivo com este estudo, é o de servir como incentivo para novos estudos na área, valorizando tanto os estudos na disciplina, quanto o profissional de Relações Internacionais.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARASUOL, Fernanda; SILVA, André Luiz Reis da. **International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research**. Jan/2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307623394_International_Relations_Theory_in_Brazil_trends_and_challenges_in_teaching_and_research>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

DAMÁZIO, Malú. **Quais as áreas de atuação em Relações Internacionais?** 24 fev. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/pordentrodasprofissoes/quais-as-areas-de-atuacao-em-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

JUBRAN, Bruno M.; LEÃES, Ricardo F.; VALDEZ, Robson C. C. **Relações Internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Porto Alegre: 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319271192_Relacoes_internacionais_conceitos_basicos_e_aspectos_teoricos>. Acesso em: 29 nov. 2018.

KJAER, A. M. **Introduction: the meanings of governance**. In: Kjaer, A. M. *Governance*. Cambridge: Polity Press, 2004. p. 1-18.

MAIA, Marrielle. **Cenário dos Cursos de Relações Internacionais ofertados pelas Instituições de Ensino superior do Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71061-produto-1-estudo-cenario-ri-pdf/file>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach; KURTZ, Adriana Schryver. **Perspectivas Teóricas e o campo das Relações Internacionais**. Século XXI: Revista de Relações Internacionais/**ESPM-Sul**. V. 6, n. 1 – jan./jun. Porto Alegre, 2015. p. 05-10.